

Imprimir

Salvar

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP006695/2023
DATA DE REGISTRO NO MTE: 24/07/2023
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR032114/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.144582/2023-71
DATA DO PROTOCOLO: 27/06/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS, URBANOS E DAS INDUSTRIAS DE CANA DE ACUCAR DE ARARAQUARA E REGIAO, CNPJ n. 57.712.234/0001-89, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). ROGERIO ADRIANO BANDEIRA;

E

CANA BRASIL TRANSPORTE LTDA, CNPJ n. 07.952.494/0001-53, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). EDIVALDO APARECIDO DINARDI ALVES;

J.C ALVES TRANSPORTES LTDA, CNPJ n. 28.222.034/0001-40, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). JULIANO CESAR ALVES;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2023 a 30 de abril de 2024 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, URBANOS E DAS INDÚSTRIAS DE CANA DE AÇÚCAR**, com abrangência territorial em **Araraquara/SP e Novo Horizonte/SP**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

Fica assegurado para os empregados que exerce a função de **Motorista de Bitrem, Rodotrem, Treminhão e demais veículos de 7 eixos ou mais**, pelo prazo de vigência do presente instrumento, o piso salarial de **R\$ 2.559,17 (dois mil quinhentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos)**.

Fica assegurado para os empregados que exerce a função de **Motorista de Carreta** pelo prazo de vigência do presente instrumento, o piso salarial de **R\$ 2.446,38 (dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)**.

Fica assegurado para os empregados que exerce a função de **Motorista de Truck, Basculante e demais veículos assim como peruas, automóveis e ambulância** pelo prazo de vigência do presente instrumento, o piso salarial de **R\$ 2.115,29 (dois mil cento e quinze reais e vinte e nove centavos)**.

Fica assegurado para os empregados que exerce a função de **Operador de Colheitadeira de cana picada** pelo prazo de vigência do presente instrumento, o piso salarial de **R\$ 2.446,38 (dois mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos)**.

Fica assegurado para os empregados que exerce a função de **Tratorista, Operador de Carregadeira e Operador de Máquina Congênera** pelo prazo de vigência do presente instrumento, o piso salarial de **R\$ 2.115,29 (dois mil cento e quinze reais e vinte e nove centavos)**.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - DO PERCENTUAL DO REAJUSTE SALARIAL

O índice do reajuste salarial será de **5% (cinco) por cento**, a partir de 01/05/2023, para todos os empregados contemplados por este Acordo Coletivo de Trabalho.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento dos salários será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

PARÁGRAFO 1º - Fica estabelecida a multa de 10% (dez) por cento, em favor do empregado, em caso de inadimplemento dos salários após o 1º dia útil ao 10º dia do mês.

PARÁGRAFO 2º - sempre que os salários forem pagos através de bancos, será assegurado ao trabalhador um intervalo remunerado, a critério da empresa, de tal modo que não prejudique o andamento do serviço, para que o mesmo receba seu ganho, sendo que esse intervalo não corresponderá aquele destinado a descanso e refeição.

CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTOS

A empresa fornecerá no dia 20 (vinte) de cada mês o percentual de 40% (quarenta) por cento, do salário base do empregado, a título de adiantamento do salário mensal.

Sendo o dia 20, domingo, fica automaticamente prorrogado o adiantamento, para o primeiro dia útil subsequente.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO NOS SALÁRIOS

Ficam proibidos descontos salariais a título de assalto, roubo, quebra de veículos ou peças, e ainda de outras avarias causadas ao patrimônio da empresa ou de terceiros, exceto multas de trânsito por infração e quando configurada a culpa ou dolo do empregado, em qualquer de suas modalidades.

CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS NO D.S.R.

A ocorrência de atraso na chegada ao trabalho durante a semana, desde que não ultrapasse a 5 (cinco) minutos, não consecutivos, não acarretará o desconto do D.S.R., correspondente. Nesta hipótese, a empresa não poderá impedir o cumprimento do restante da jornada de trabalho.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa fornecerá aos seus empregados, comprovantes de pagamento que contenham a identificação da empresa, assim como a discriminação de toda e qualquer parcela paga e dos descontos efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Aos empregados admitidos para exercer a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido, exceto por justa causa, será garantido, ressalvadas as vantagens pessoais, o mesmo salário da função ou salário normativo para ele existente, exceto para as empresas que possuem quadro de carreira.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS HORAS EXTRAS

As horas extras prestadas assim consideradas as que excederem as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, serão remuneradas com adicional de **50% (cinquenta) por cento** e integrarão os salários para efeito de DSR's, férias, 13º salário, aviso prévio e FGTS.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO TICKET ALIMENTAÇÃO

Fica assegurado aos empregados desta empresa, contemplados por este Acordo Coletivo de Trabalho, um ticket alimentação no valor de **R\$ 527,34 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e quatro centavos)**, que poderá ser pago em moeda corrente ou vale supermercado, a critério do empregador, oferecido juntamente com o pagamento, inclusive nas férias, no qual em hipótese alguma, integrará os salários para quaisquer fins de direito.

O empregado que faltar injustificadamente ao serviço, fora advertido perderá o direito ao seu recebimento no mês da ocorrência. O empregado que for contratado no curso do mês, adquirirá o direito ao recebimento do benefício a partir do próximo mês. Aquele que for dispensado sem justa causa antes do 15º dia do mês não terá direito ao recebimento do benefício no mês da dispensa.

Fica assegurado aos empregados afastados por acidente de trabalho, o recebimento do ticket no valor acima estipulado, pelo prazo máximo de 90 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS REFEIÇÕES E PERNOITES

Fica estabelecido, a título de reembolso indenizatório de despesas de refeições e pernoite, para os empregados que estiverem viajando fora de seu domicílio, ou, estarem impossibilitados de fazerem as refeições em suas residências os seguintes valores e critérios condicionantes de sua exigibilidade:

ALMOÇO = R\$ 31,42

JANTAR = R\$ 31,42

PERNOITE = R\$ 13,66

A empresa pagará aos seus empregados, quando em serviços nos dias considerados não úteis, os valores das diárias “em dobro”, ou seja, duplicada.

Os pagamentos serão feitos a título de reembolso de despesas, podendo ser feito mediante a apresentação de comprovantes dos gastos, desde que a empresa comprove a ciência do empregado e contra-recibo. Em caso de inadimplemento, ficam garantidos os valores acima, independentemente de comprovantes dos gastos.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FUNERAL

A empresa pagará, em caso de morte do empregado, aos seus dependentes, a título de auxílio funeral, uma vez só, um salário nominal percebido pelo empregado, à época de seu falecimento.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA

Aos profissionais motoristas empregados é assegurado o benefício do seguro de vida obrigatório, conforme estabelecido na Lei 12.619/2012 e Lei 13.103/2015, a ser contratado imediatamente, podendo ser em valor superior ao estabelecido na referida Lei, contratado, preferencialmente, através de empresa conveniada ao Sindicato.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIAS NA RESCISÃO CONTRATUAL

Todas as rescisões contratuais, dos empregados com mais de 01 (um) ano de serviços prestados na mesma empresa, serão obrigatoriamente homologadas no sindicato da categoria profissional ou nas G.R.T.Es. Os prazos e condições são estabelecidos no artigo 477 da C.L.T., arcando a empresa, em caso de descumprimento, com multa estabelecida no parágrafo 6º e 8º do supracitado artigo.

A empresa fornecerá, no momento da rescisão contratual, carta de referência, se solicitado pelo empregado, sem especificações dos motivos ensejadores da dispensa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPLEMENTAÇÃO DO ART. 482 DA CLT – DISPENSA POR JUSTA CAUSA

Constitui motivo para dispensa **POR JUSTA CAUSA**, além das previstas em Lei:

I - Ser flagrado dirigindo embriagado, com teor alcoólico, superior ao permitido por lei, e comprovado através de exame legal;

II - Permitir que pessoas estranhas ao quadro de funcionários da empresa dirijam o veículo sob a sua responsabilidade;

III - Utilizar o veículo para fins particulares ou pessoais, em qualquer horário, sem autorização por escrito da empresa;

IV - Provocar acidente culposo (negligência, imprudência ou imperícia) ou doloso fato devidamente comprovado;

V - Transportar pessoas (caronas) ou bens não autorizados pela empresa;

Os empregados arcarão com as multas de trânsito, que por ventura forem aplicadas nos veículos em que estiver dirigindo, quando forem da responsabilidade do motorista, agindo com culpa ou dolo, conforme o **CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO, AUTORIZANDO O DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO.**

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AVISO PRÉVIO

Será sempre devido aviso prévio na dispensa sem justa causa do empregado, sendo este correspondente com advento da Lei 12.506 de 11 de outubro de 2011.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

As partes acordantes estabelecem que o contrato de experiência tenha prazo máximo de 90 (noventa) dias, incluída eventual prorrogação, podendo aos empregados serem contratados por 30 (trinta) dias e prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

NORMAS DISCIPLINARES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - JUSTA CAUSA - ADVERTÊNCIA - SUSPENSÃO

Toda e qualquer medida disciplinar aplicada pelo empregador ao empregado, inclusive no caso de dispensa por justa causa, deverá ser comunicada ao empregado, com registro da razão de sua aplicação, como ciência do apenado e que, se houver recusa servirá como prova de assinatura de outro empregado que estiver presente.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA AO TRABALHADOR EM FASE DE APOSENTADORIA

Aos empregados que trabalhem para a mesma empresa, por um período de, no mínimo, 05 (cinco) anos, e estiverem a um mínimo de 90 (noventa) dias da aquisição do direito de aposentadoria, em seus prazos mínimos, ficarão assegurados emprego e salário, durante o período que faltar para aposentar-se, desde que comprove esta situação por escrito, no prazo de 15 dias, sob pena de preempção.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO

Fica estabelecido que os empregados sejam obrigados à prestação de serviços suplementares, desde que convocados pelo empregador e sempre que a isto não estiverem justificadamente impedidos observados o controle fidedigno através dos meios próprios a critério do empregador, nos termos da Lei 12.619/2012 e Lei 13.103/2015. As empresas remunerarão as horas extras com acréscimos de 50% (cinquenta) por cento sobre a hora normal

Parágrafo 1º - INICIO DA JORNADA – A jornada de trabalho do motorista poderá ter início ou final a qualquer hora, desde que respeitadas o limite legal e os intervalos e períodos de descanso previsto na Lei 12.619/2012 e Lei 12.103/2015 e que o motorista seja previamente avisado do início.

Parágrafo 2º - TEMPO DE ESPERA – As horas em que o motorista de transportes rodoviário de cargas ficará aguardando para carga ou descarga do veículo no embarcador ou destinatário ou para fiscalização da mercadoria transportada em barreiras fiscais ou alfandegárias, ainda que prestadas durante ou após a jornada de trabalho do motorista, serão considerados tempo de espera e indenizadas com o adicional de 30%, não sendo considerado tempo de serviço efetivo, nem como horas extraordinárias, de sobreaviso ou à disposição, conforme Lei 13.103/2015.

Parágrafo 3º - As horas extras integrarão, quando habituais, a remuneração do empregado para efeito de DSR, férias, 13º salário, aviso prévio, INSS, FGTS e verbas rescisórias.

Parágrafo 4º - O intervalo para refeições poderá ser no máximo 2 horas.

Parágrafo 5º - FRACIONAMENTO DO INTERVALO INTERJORNADA – O intervalo inter jornada do motorista profissional, de que trata o artigo 235 – C, parágrafo 3º, da CLT, com redação dada pela Lei 13.103/2015, poderá ser fracionada em oito horas mais três horas dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 – Código de Transito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período.

Parágrafo 6º - As empresas que já remuneraram as horas extras em percentuais superiores ficam ressalvadas o direito de manter inalterado esse procedimento, bem como de alterá-lo, se lhe convier.

Parágrafo 7º - As empresas poderão de comum acordo com o empregado, estender a jornada de trabalho para além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou da operação, sazonalidade ou que decorram de eventos fora do controle das partes, tais como acidentes de trânsito, congestionamentos, fins de coleta/entrega, quebra de veículos, ocorrência de força maior, não localização de local seguro, ou outros que o justifiquem, ressaltando que a jornada de trabalho será de 8 horas com possibilidade de até 2 horas extraordinárias nos moldes da CLT, conforme Lei 13.103/2015.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE HORÁRIO

As empresas com empregados externos manterão controle de horário para seus empregados, de acordo com o estabelecido na Lei 13.103/2015.

Parágrafo 1º - O preenchimento e assinaturas do empregado deverão ser por ele lançados no documento de anotação de horário, de maneira fidedigna, estando obrigado a respeitar as normas de trânsito e as relativas ao horário de trabalho, ao tempo de direção, de descanso, de refeição, de repouso e de espera, nos termos da Lei 13.103/2015.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FALTAS E HORAS ABONADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, no mês a que se referir, sem prejuízo do salário, nas seguintes hipóteses:

- a)** Até 03 (três) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, companheiro (a), ascendente, descendente ou aquele que viva sob sua responsabilidade financeira, considerando inclusive o dia do falecimento;
- b)** Até 03 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- c)** Por 05 (cinco) dias consecutivos, no decorrer da primeira semana do nascimento de filho, para os pais;

d) Por 01 (um) dia, no caso de empregada do sexo feminino, em caso de internação de filho, ou do cônjuge, ou em caso de acompanhamento médico-hospitalar, desde que devidamente comprovado por atestado;

e) Por 01 (um) dia, quando o horário normal já não permite, e desde que comunicado com antecedência, para o recebimento do abono referente ao PIS/PASEP, desde que o pagamento respectivo, não seja efetuado diretamente pela empresa, ou pelo posto bancário nas dependências da empresa.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FERIADOS

Todas as horas trabalhadas em feriados serão pagas em dobro, desde que não seja concedida a folga compensatória na semana seguinte, em que ocorreu o feriado, garantindo sempre a folga semanal normal.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS

As férias, observando o disposto nos artigos 134 á 142 da C.L.T.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

A empresa colocara a disposição do sindicato profissional, quadro de avisos nos locais de trabalho, para fixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, desde que não tratem de matérias político-partidárias, ou ofensas à categoria econômica. A empresa garantirá o livre acesso ao quadro de avisos, que deverão ser colocados em local de grande movimento de trabalhadores, para que a entidade possa afixar seus comunicados.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS CONTRIBUIÇÕES

A empresa descontará do salário base mensal de todos os seus empregados filiados e pertencentes à categoria dos transportes, a importância de 2% (dois) por cento, referente à contribuição confederativa, conforme art. 611-A da CLT.

O recolhimento das importâncias descontadas sob esse título a favor do Sindicato profissional deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto.

O não recolhimento ou falta de desconto das importâncias devidas, nos termos retro estabelecidos, acarretará a empresa à obrigação de pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) dos valores devidos, independente de juros e correção monetária.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA MULTA DO NÃO CUMPRIMENTO DO ACT

O não cumprimento das cláusulas estabelecidas no presente Acordo Coletivo de Trabalho ensejará multa de 10% do piso de cada trabalhador.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da cidade de Araraquara, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente instrumento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ABRANGÊNCIA E VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange os empregados da categoria dos motoristas, representados pelo sindicato supra qualificado, especificamente para: motoristas de caminhão, de automóveis, de utilitários e motoboy. A vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho é de 12 (doze) meses, contando-se a partir de 01 de maio de 2023 a 30 de abril de 2024.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ASSINATURAS

Pôr estarem justas e contratadas assina o presente instrumento em 02 (duas) vias.

}

**ROGERIO ADRIANO BANDEIRA
VICE-PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS, URBANOS E DAS INDUSTRIAS DE CANA DE
ACUCAR DE ARARAQUARA E REGIAO**

**EDIVALDO APARECIDO DINARDI ALVES
SÓCIO
CANA BRASIL TRANSPORTE LTDA**

**JULIANO CESAR ALVES
SÓCIO
J.C ALVES TRANSPORTES LTDA**

**ANEXOS
ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA**

Anexo (PDF).

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.